

CAPÍTULO IV

Desenvolvimento político e a crise da aliança populista⁷⁵

Se desejássemos compreender as linhas gerais da política brasileira, se partíssemos em busca de uma explicação para o processo político brasileiro, poderíamos adotar vários tipos de abordagem do problema. Poderíamos tentar uma abordagem personalista, explicando os acontecimentos políticos através da análise da personalidade de seus principais líderes. Outra alternativa seria a de uma abordagem estrutural. Buscaríamos então essa explicação através da análise da atual estrutura econômica e social do país. Focalizaríamos nossa atenção especialmente no exame dos interesses dos diversos grupos sócio-econômicos, e na análise das ideologias que expressam, em termos de valor, esses interesses. A abordagem estrutural poderia ser completada se a transformássemos em uma abordagem histórico-estrutural. Iríamos então procurar as causas básicas do processo político brasileiro em uma estrutura social e econômica vista em termos dinâmicos, na qual cada momento histórico poderia ser compreendido em termos do desenvolvimento histórico anterior.

Neste capítulo procuraremos analisar o processo político brasileiro recente através de uma abordagem histórico-estrutural. Não deixaremos, no entanto, a abordagem personalista totalmente esquecida. Na análise política a curto prazo, especialmente, ela é

(75) Este capítulo baseia-se em "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira" *Revista de Administração de Empresas*, nº 8, julho-setembro 1963), onde já examino os fatos históricos novos ocorridos nos anos cinquenta, os quais determinaram a crise da aliança da burguesia industrial com a esquerda.

absolutamente essencial. E mesmo nas análises a longo prazo, quando surgem indivíduos excepcionais que conseguem deixar a marca de sua personalidade na história, a abordagem personalista será essencial para completar a de caráter histórico-estrutural.

Definiremos inicialmente, em breves termos, o quadro geral no qual o processo histórico brasileiro se vem desenvolvendo desde 30. Trata-se da Revolução Nacional Brasileira. Examinaremos a seguir as principais lutas ideológicas que marcaram a primeira fase da Revolução Brasileira, e os principais grupos sócio-econômicos que estavam por trás dessas ideologias. Examinaremos em seguida a série de fatos novos que, no fim dos anos 50, vieram causar transformações estruturais na política brasileira, dando início ao que chamamos de a segunda fase da Revolução Brasileira. Veremos, então, a superação ou a transformação das ideologias em conflito, veremos também o processo de consolidação do poder da burguesia industrial no seio das classes produtoras e a emergência das esquerdas como uma força política autônoma. Finalmente, analisaremos os resultados mais recentes dessas transformações estruturais na política brasileira. Estudaremos então o processo de crescente radicalização que ocorreu no país desde as eleições presidenciais de 60, e o papel do alarmismo como instrumento a serviço do radicalismo da direita e da esquerda.

As lutas ideológicas

O quadro geral que nos permitirá compreender o processo político e social brasileiro dos últimos anos é o da Revolução Industrial Brasileira, ou seja, esse processo radical, embora pacífico, de transformação econômica, social, política e cultural por que passou o Brasil entre 30 e 61.

Durante a Revolução Nacional Brasileira, que vai estender-se até o fim dos anos 50, temos três lutas ideológicas fundamentais:

industrialismo	×	agriculturalismo
nacionalismo	×	cosmopolitismo
intervencionismo		
desenvolvimentista	×	liberalismo

A primeira luta ideológica, a do industrialismo contra o agriculturalismo, já era travada em meados do século XIX. Em torno da

tarifa protecionista de Alves Branco, por exemplo, travou-se longo debate a respeito. Mas a luta não tinha maior expressão, dada a fraqueza dos defensores do industrialismo. A aristocracia rural dominava o país, e foi bem naquela época que a produção e as exportações de café se transformaram no fenômeno dominante da economia brasileira, fortalecendo a posição política dos grandes fazendeiros e a ideologia do agriculturalismo. É só a partir dos anos 30, com a crise das exportações de café, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando já ocorrera um desenvolvimento industrial relativamente grande no país, que o industrialismo ganha força, e a disputa se torna realmente significativa dentro do quadro político brasileiro.

O agriculturalismo afirmava que o Brasil era e, por muito tempo, se não indefinidamente, deveria continuar a ser, um país essencialmente agrícola. Não haveria condições para a indústria no Brasil. Esta seria sempre uma indústria artificial, produzindo a altos custos e só sobrevivendo graças à proteção que lhe concedia o Governo. E, além disso, não haveria nenhuma vantagem em o país industrializar-se. Nada impedia que a produtividade da agricultura fosse tão grande ou maior do que a da indústria. Na verdade, seria através da agricultura, e não da indústria, que o país teria condições de se desenvolver economicamente com rapidez. E, neste ponto do debate o agriculturalismo oferecia o argumento que pretendia ser definitivo, cientificamente provado: a lei das vantagens comparativas do comércio internacional.

Já o industrialismo afirmava exatamente o oposto. O Brasil não só poderia, mas deveria tornar-se um país industrial. Talvez em termos teóricos abstratos fosse possível imaginar o Brasil um país altamente desenvolvido sem industrializar-se, mas em termos práticos isto seria impossível. A curto prazo, os custos de produção da indústria nacional poderiam ser altos, tornando necessária a proteção governamental, mas a longo prazo o problema se resolveria. E, em qualquer hipótese, mesmo que certos custos de produção industrial permanecessem permanentemente mais altos do que os verificados no exterior, ainda seria aconselhável proteger essas indústrias. Quando o Brasil estivesse em pé de igualdade com os países industrializados, desenvolvidos, então nos poderíamos guiar pela lei das vantagens comparativas. Nas relações de troca entre os países industrializados e os agrícolas, porém, a famosa lei de Ricardo não poderia ser aplicada. E a disputa entre o industrialismo e o agriculturalismo continuava nesses termos, constituindo-se um

interminável debate, a expressar os interesses em jogo, debate esse que teria seu desfecho no fim dos anos 50.

A segunda luta ideológica, a do nacionalismo contra o cosmopolitismo,⁷⁶ tem também origens no século passado. O nacionalismo, no entanto, confundia-se naquela época com o nativismo ou com o patriotismo. É só após o início da Revolução Industrial Brasileira, e particularmente é a partir dos anos 50, quando o processo de industrialização brasileira já deixava de ser um projeto para transformar-se em uma realidade, quando os empresários industriais já se constituíam um grupo suficientemente forte para sustentar uma ideologia que sensibilizaria todo o país, é a partir desse momento que a luta entre o nacionalismo e o cosmopolitismo eclode.

O nacionalismo pretende ser uma ideologia global, incluindo o industrialismo e o intervencionismo. Sua tese central é a que o Brasil, que até 30 fora um país semicolonial inteiramente dominado pela aristocracia local, a qual estava aliada servilmente ao capitalismo internacional, encontrava agora condições para se tornar um país independente, uma verdadeira nação.

Quais eram essas condições? Fundamentalmente, a industrialização que já vinha ocorrendo, e que agora deveria ser acelerada. Através da industrialização, o país não só deixaria sua situação de país exportador de produtos primários, não só se desenvolveria economicamente, mas surgiriam, entre os empresários industriais, a nova classe média e, eventualmente, entre os operários industriais, os quadros habilitados a dirigir o país de acordo com os interesses do povo brasileiro. Em outras palavras, a industrialização provocaria o que Celso Furtado chama de "a transferência dos centros de decisão"⁷⁷ de fora para dentro do país. Da mesma forma, a industrialização permitiria o desenvolvimento de uma cultura nacional autêntica, provocaria a diversificação da estrutura social do país, excluiria definitivamente a aristocracia rural do Governo do país. O nacionalismo, portanto, englobava o industrialismo, mas colocava uma ressalva: a industrialização deve ser realizada através de uma burguesia nacional. O desenvolvimento industrial através do investimento estrangeiro é de um modo geral considerado impossível

(76) Preferimos essa expressão, em lugar de "entreguismo", que possui uma conotação valorativa evidente. Hélio Jaguaribe já a usa em *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, Rio de Janeiro.

(77) Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Fundo de Cultura, 1961, Rio de Janeiro, p. 243.

pelo nacionalismo. Mas mesmo que ele fosse possível, ainda assim seria desinteressante por razões de ordem política. Controlando a indústria nacional, o capitalismo internacional continuaria a dominar politicamente o país, que continuaria semicolonial. A diferença seria que esse domínio, ao invés de se exercer através da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, seria exercido diretamente.

O projeto fundamental do nacionalismo era, portanto, o de transformar um país semicolonial, em uma verdadeira nação independente (o neutralismo de muitos dos nacionalistas seria uma decorrência desse projeto). A industrialização seria o meio fundamental de se levar a cabo essa transformação. Restava saber como promover a industrialização do país. O industrialismo afirmava que o Brasil podia e devia industrializar-se. O intervencionismo desenvolvimentista nos diria como proteger a indústria nacional, promovendo seu desenvolvimento.

Contra o nacionalismo levanta-se o cosmopolitismo que, naturalmente, negava todas as teses da primeira ideologia a começar pela de que o Brasil era um país semicolonial. Negava-as formalmente, ou então simplesmente as ignorava. Ideologia tipicamente de defesa, que se completava com o agriculturalismo e o liberalismo, o cosmopolitismo não chegava a organizar perfeitamente suas idéias. Apenas em um ponto elas alcançavam um vigor e uma concatenação maiores. Referimo-nos ao momento em que defendiam o capital estrangeiro, que o nacionalismo mais exaltado (é claro que em todas essas ideologias há diversos graus de radicalismo) condenava quase totalmente. Esse era provavelmente o ponto mais vulnerável do nacionalismo. Ora, o cosmopolitismo, ao contrário do nacionalismo, partia de uma atitude de descrença em relação às potencialidades do Brasil. Afirmava, direta ou indiretamente, que as condições de clima e de raça não permitiam o desenvolvimento de uma grande civilização no Brasil, participando, portanto, do chamado "complexo de inferioridade colonial".

Coerente com essa linha de idéias, o cosmopolitismo negava qualquer possibilidade de o Brasil desenvolver-se economicamente com rapidez sem a participação de investimentos diretos estrangeiros. E, neste ponto, da mesma forma que o caso da lei das vantagens comparativas no comércio internacional, a teoria econômica ortodoxa lhe dava maior cobertura do que ao nacionalismo em geral e particularmente aos nacionalistas mais extremados. Era natural, portanto, que o cosmopolitismo quisesse concentrar a discussão

nesse ponto, deixando estrategicamente de lado a maioria das demais teses nacionalistas.

A terceira principal luta ideológica da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira foi a do intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo. O intervencionismo desenvolvimentista não deve ser confundido com o socialismo ou o comunismo. Trata-se de uma ideologia que, na forma pela qual foi apresentada e discutida no Brasil, não tem o caráter radical do comunismo. O intervencionismo desenvolvimentista é uma ideologia moderada, que funciona como um complemento do industrialismo e do nacionalismo. Tem como objeto a determinação dos meios através dos quais se deverá promover a industrialização brasileira. Sua tese fundamental é a de que a intervenção do Estado na economia é condição para um desenvolvimento econômico rápido. Sem essa intervenção, deixando-se a economia ao sabor das leis do mercado, como quer o liberalismo, ou a economia permaneceria estagnada ou se desenvolveria a uma taxa muito pequena. É certo que alguns países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, haviam-se desenvolvido sem maior intervenção do Estado, mas esses países constituíam exceção, havendo-se beneficiado de uma conjugação extremamente feliz de recursos naturais e humanos, aos quais se somava uma situação de mercado interno e internacional particularmente favorável. Outros países capitalistas, como a França, a Alemanha, o Japão, só havia conseguido desenvolver-se graças a uma intervenção maior do Estado. No Brasil, em meados do século XX, não se verificava aquela conjugação de fatores favoráveis. Por outro lado, as técnicas de planejamento, de administração racional de uma economia, haviam-se aperfeiçoado grandemente, graças ao desenvolvimento da teoria econômica e das técnicas de elaboração da contabilidade nacional. Deveria, portanto, caber ao Estado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico do país, devendo seu esforço dirigir-se particularmente no sentido da proteção e do estímulo à indústria nacional.

A intervenção do Estado deveria ser exercida através de duas formas que se complementaríamos: através do planejamento econômico e dos investimentos diretos. O planejamento econômico, usando da política fiscal, monetária, creditícia, cambial (esta última seria a que mais polêmicas levantou), deveria racionalizar o processo de investimento público e privado, através de um bem equilibrado sistema de estímulos aos investimentos considerados mais ou menos interessantes para o desenvolvimento do país. Através de investi-

mentos diretos, o Estado deveria controlar certos setores básicos da economia, como os serviços públicos, os transportes, a indústria do petróleo, do aço, a petroquímica, seja em caráter monopolístico, seja em concorrência com a iniciativa privada. Esses investimentos diretos seriam necessários, segundo o intervencionismo desenvolvimentista, não só devido à impossibilidade de a iniciativa particular realizar os investimentos necessários nesses setores, como também porque, sem o controle por parte do Estado desses setores, planejamento econômico tornar-se-ia quase impraticável.

Contra o intervencionismo desenvolvimentista levantava-se o liberalismo. Não é preciso lembrar aqui as teses fundamentais dessa ideologia nascida na Europa para dar cobertura valorativa à emergência da burguesia como classe dominante e, em seguida, transplantada para o Brasil. O único aspecto curioso a observar é o seguinte: enquanto na Europa o liberalismo constituiu-se uma ideologia essencialmente burguesa, um instrumento de luta dos comerciantes e industriais contra os privilégios concedidos à aristocracia de base rural, no Brasil ocorreu o oposto, transformando-se o liberalismo em uma arma ideológica da aristocracia rural brasileira. Tal fato pode parecer paradoxal, mas, na verdade, é perfeitamente compreensível. Embora tipicamente burguês, o liberalismo não era, necessariamente, uma ideologia a serviço apenas da burguesia. Em seu aspecto puramente econômico, o liberalismo afirmava a superioridade da economia de mercado, regulada pelo mecanismo de preços, sobre qualquer outro sistema que importasse em intervenção do Estado na economia. Não deveria haver qualquer tipo de proteção a quem quer que fosse. Era preciso deixar à concorrência a tarefa de controlar o sistema econômico, punindo os menos eficientes. Ora, colocado nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma daqueles grupos, daqueles setores da economia que a curto prazo fossem mais eficientes e tivessem condições para concorrer tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Dessa forma, enquanto na Europa os mais capazes de competir, os mais eficientes, eram os industriais e comerciantes burgueses que então surgiam, no Brasil, a curto prazo, apenas as culturas agrícolas tropicais e semitropicais tinham condições de concorrer nos termos propostos pelo liberalismo. O liberalismo transformava-se, assim, em uma arma ideológica dos grandes fazendeiros e do alto comércio importador e exportador brasileiro, ideologia essa que se vai opor em termos práticos à emergência de uma classe de empresários industriais no Brasil. E então, desde o começo

do século passado, quando D. João VI se propõe a proteger e incentivar, ainda que timidamente, o desenvolvimento industrial do país, vemos surgirem críticas acerbas, que vão todas se inspirar no credo liberal.

Os grupos socioeconômicos e a luta ideológica

Feita esta análise sucinta das três principais lutas ideológicas que marcaram a Revolução Nacional Brasileira, não é difícil descobrir quais os grupos sócio-econômicos que estavam por trás das mesmas. O industrialismo, o nacionalismo e o intervencionismo desenvolvimentista eram claramente a expressão política dos novos grupos sociais que surgiam. Na medida, no entanto, em que a Revolução Nacional Brasileira tinha toda a sua ênfase colocada no processo de industrialização, elas eram, antes de mais nada, representativas dos interesses da classe emergente dos empresários industriais. Isso é evidente em relação ao industrialismo. Essa ideologia vinha atender diretamente às necessidades dos empresários industriais brasileiros.

Da mesma forma, o nacionalismo, que alcançou sua maior repercussão nos anos 50, caracterizou-se essencialmente como uma ideologia burguesa. É certo que o nacionalismo dos industriais era moderado. Mais do que isso, tinha objetivos mais restritos do que o nacionalismo mais exaltado de certos grupos de esquerda. Sob muitos aspectos, esse nacionalismo quase que se identifica com o industrialismo. O industrial era nacionalista na medida em que se tratasse de proteger sua empresa contra a concorrência seja de produtos importados, seja de produtos fabricados no Brasil por empresas estrangeiras. Vimos que a tese central do nacionalismo era a de que o Brasil só superaria sua fase semicolonial através da criação de uma indústria nacional. Com isso, concordava a maioria dos empresários industriais brasileiros. Assim, quando se tratava de dar proteção cambial ou tarifária à indústria nacional, de conceder facilidades especiais na importação de equipamento, de transferir a renda da agricultura de exportação para a indústria, de se impedir a entrada no país de certas empresas estrangeiras, nesses momentos os empresários industriais se identificavam com a teses nacionalistas. O nacionalismo estava posto diretamente a seu serviço. Interessavam-se menos, porém, quando se falava em controle das remessas

de lucros, *royalties* ou, então, na nacionalização de empresas estrangeiras já aqui instaladas.

O apoio dos empresários industriais ao intervencionismo desenvolvimentista decorre naturalmente do que acabou de ser dito. Todas as medidas de proteção preconizadas pelo nacionalismo só poderiam ser efetivadas através da intervenção do Estado. Além disso, os industriais verificavam que para o desenvolvimento de suas próprias indústrias seria necessário que o Estado investisse diretamente em certos setores da economia, como o do aço por exemplo.

A defesa das três ideologias contrárias, do agriculturalismo, do cosmopolitismo e do liberalismo, ficava, naturalmente, a cargo da classe média tradicional e, mais particularmente, da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, cujos interesses eram ameaçados pelo desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento industrial vinha pôr em jogo o domínio tranqüilo sobre o país, que a aristocracia rural e o alto comércio vinham exercendo desde a Independência, em perfeita consonância com os interesses dos países industrializados e sob a égide do liberalismo econômico. A esses países interessava manter o país como uma economia complementar, de base agrícola. Esse mesmo objetivo era compartilhado pela velha classe dominante brasileira, que via na industrialização uma ameaça a suas posições. É certo que a industrialização beneficiaria a agricultura, mas o setor beneficiado seria o da produção de produtos agrícolas de consumo interno, enquanto a velha classe dominante brasileira estava toda ela ligada à produção e à comercialização de produtos de exportação. Ora, o mercado exterior não seria aumentado de forma significativa com a industrialização, já que o objetivo principal do desenvolvimento industrial brasileiro era substituir importações. Por outro lado, a velha aristocracia brasileira, que sofrera um rude golpe político com a Revolução de 30, percebera claramente que o desenvolvimento industrial só ocorreria no país com a proteção do Governo. Ora, qualquer tipo de proteção importaria, imediatamente, em um processo de transferência de renda em benefício da indústria e provavelmente em prejuízo da agricultura de exportação. Esse foi o caso, por exemplo, do "confisco cambial".

Vemos, portanto, que a aristocracia rural e o alto comércio exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados tinham uma série de razões para defender o agriculturalismo, o cosmopolitismo e o liberalismo: sua posição política e social ficaria ameaçada com a emergência de um novo grupo sócio-econô-

mico, o dos empresários industriais; a industrialização não aumentaria os mercados para os produtos de exportação; a importação de produtos manufaturados tradicionais seria suspensa ou reduzida grandemente; e a proteção que o Governo daria à indústria importaria em transferência de renda com prejuízo da agricultura tradicional de exportação.

O papel das esquerdas

As lutas políticas que se travaram a partir de 30 até o Governo Juscelino Kubitschek, ou seja, durante a Revolução Nacional Brasileira, têm, portanto, como principais interessados: de um lado, a classe de empresários industriais; de outro, a velha classe dominante composta de grandes fazendeiros e comerciantes ligados ao comércio externo. Tínhamos, pois, uma luta entre dois grupos pertencentes à classe alta. De um lado, a nova burguesia, a nova classe capitalista de empresários industriais, cujas origens poderiam ser encontradas nos diversos escalões da classe média; de outro, a velha oligarquia agrário-comercial, os “paulistas de 400 anos” ligados ao café, em São Paulo, os senhores de engenho, no Nordeste, enfim, todos aqueles elementos incluídos na chamada aristocracia rural brasileira.

Pergunta-se, então: qual o papel dos demais grupos sócio-econômicos no debate político? Mais particularmente, qual o papel dos grupos de esquerda? A luta se travava entre dois grupos sócio-econômicos que geralmente pertencem às forças de centro ou de direita dentro do processo político. Estaria, então, a esquerda, estariam os operários mais politizados, os estudantes, os militares e os intelectuais de esquerda alienados da grande batalha política da Revolução Nacional Brasileira?

Antes de responder a essa pergunta é preciso saber, em primeiro lugar, o que entendemos por esquerda. Neste livro, incluiremos na esquerda aqueles grupos políticos que visam, através de reformas ou da revolução, paulatinamente ou radicalmente, a instaurar no país um sistema socialista qualquer, em que, pelo menos nos setores básicos da economia, a propriedade privada seja substituída por um sistema de propriedade coletiva ou estatal. Esta é uma definição bastante flexível, de forma a incluir na esquerda e, por oposição, na direita toda uma gama de idéias e objetivos políticos.

Em segundo lugar, é preciso saber desde quando a esquerda, entendida nesses termos, pode ser considerada uma realidade política significativa dentro do Brasil.

Acreditamos que as esquerdas só começam a surgir no Brasil como uma realidade política significativa a partir do início da Revolução Nacionalista Brasileira e, particularmente, após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, certamente, já havia esquerda no Brasil, já existiam organizações socialistas, comunistas, trabalhistas. Em outras palavras, tínhamos desde grupos de esquerda os mais moderados até os mais radicais. Mas não eram grupos políticos significativos. Restringiam-se, geralmente, a um grupo pequeno de intelectuais e, eventualmente, de alguns líderes sem maior expressão. Não tinham quaisquer condições de sensibilizar uma fração ponderável da população brasileira. Em 35, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro tentou atingir o poder através de um golpe, não através de uma revolução em que o povo estivesse envolvido. Predizivelmente, a tentativa falhou, demonstrando a falta de representatividade política dessa corrente radical da esquerda.

Após a Segunda Guerra Mundial, porém, uma esquerda mais autêntica, mais representativa das aspirações de certos setores da população começa a surgir. O comunismo continua a ser uma ideologia completamente estranha dentro do país. Contraditório, orientado de fora do país, jamais consegue transformar-se em uma força política ponderável dentro do Brasil. Grupos de esquerda mais moderados, porém, começam a se constituir força política dentro do Brasil. Em todos os partidos, e particularmente no Partido Trabalhista Brasileiro, surgem grupos de esquerda. No Congresso, forma-se a Frente Parlamentar Nacionalista. O controle de grande número de organizações estudantis e sindicais passa para a esquerda. Enfim, nos anos 50 já se podia afirmar a existência no Brasil de uma esquerda com significativa expressão política.

Mas quais eram os objetivos políticos, quais eram as ideologias das esquerdas nessa época?

Pretendiam as esquerdas transformar o Brasil a curto prazo em um país socialista? Não. Esse objetivo era afastado pela grande maioria, por ser considerado impraticável. O socialismo ou mesmo o reformismo social não eram, portanto, as ideologias típicas, principais, dos grupos de esquerda no Brasil. Existiam, mas em estado latente. Quais eram, então, as ideologias da esquerda no Brasil? Simplesmente, o nacionalismo, o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista. Em suma, as ideologias da esquerda

eram as mesmas defendidas pelos elementos mais representativos do grupo sócio-econômico emergente dos empresários industriais.

É certo que o nacionalismo da esquerda era mais radical do que o dos empresários industriais. Alguns grupos de esquerda chegavam, por exemplo, a negar a utilidade de todo e qualquer investimento estrangeiro no país, e a recomendar a nacionalização de quase todas as empresas estrangeiras aqui instaladas. Tais idéias não foram partilhadas pelos industriais, assim como por grupos nacionalistas menos exaltados. O intervencionismo desenvolvimentista, que era moderado entre os industriais, era bem mais radical entre certos setores esquerdistas. Apenas em relação ao industrialismo havia plena identidade entre os objetivos da esquerda e da burguesia industrial.

Mas, se havia divergências, estas, pelo menos entre os empresários industriais e os elementos de esquerda mais representativos, eram divergências menores. Muito mais importante do que as possíveis divergências era a identidade de pontos de vista na luta comum contra o cosmopolitismo, o agriculturalismo e o liberalismo. E assim não é de causar surpresa que um grupo de intelectuais de esquerda como o chamado "grupo de Itatiaia", que publicaria de 53 a 56 os "Cadernos de Nosso Tempo", e depois se reuniria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), viesse a se transformar, em grande parte, em ideólogos da burguesia industrial brasileira na primeira fase da história desse Instituto.⁷⁸ Não é de espantar também que o PTB, que, mal ou bem, era a manifestação política das esquerdas, se aliasse ao Partido Social Democrático, no qual, entre muitos outros, estavam representados os interesses de boa parte da burguesia industrial brasileira.

Ora, que conclusão tirar dessa identidade de ideologias entre as esquerdas e a classe de empresários industriais? Já vimos que, em seu cerne, o nacionalismo brasileiro dos anos 50 era uma ideologia essencialmente burguesa. Na verdade, o nacionalismo, que era a ideologia básica, e o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista, que funcionavam como meios de realização dos objetivos

(78) Este fato ficou particularmente patente em relação a um dos mais brilhantes representantes do grupo, Hélio Jaguaribe. A respeito ver Simon Schwartzman, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", estudo crítico, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, março de 1963, vol. III, nº 1. Em fins dos anos 50, esse grupo entraria em desagregação, talvez como um reflexo das transformações estruturais a que nos vamos referir logo adiante, e o ISEB passaria para o controle de grupos mais radicais resultando daí seu fechamento pela Revolução de 1964.

do nacionalismo, eram ideologias a serviço, antes de mais nada, da burguesia industrial emergente. O objetivo geral a que se proponha o processo geral de transformação que chamamos de Revolução Nacional Brasileira era, naquela época, o de fazer do Brasil uma verdadeira nação independente. A industrialização, a ser realizada pelos empresários industriais, com o auxílio do Governo, seria o meio por excelência de se atingir aquele objetivo. O grupo sócio-econômico mais beneficiado pela Revolução Nacional Brasileira era portanto o dos empresários industriais.

A conclusão importante a ser tirada deste fato é que o papel da esquerda, na primeira fase da Revolução Nacional Brasileira, era o de força política auxiliar da burguesia industrial. Em outras palavras, a esquerda, que estava naquela época ganhando expressão política, não alcançara ainda autonomia política. Adotando as mesmas ideologias que os empresários industriais, transforma-se em força política auxiliar dos mesmos.

Fatos novos provocam modificações estruturais

Era este, portanto, o esquema político que caracterizou a Revolução Nacional Brasileira: de um lado, as velhas forças que dominavam o Brasil desde sua Independência; de outro lado, a burguesia industrial, à qual se aliavam, às vezes explícita, às vezes tacitamente, os grupos de esquerda que surgiam à medida que a industrialização ganhava ímpeto. É claro que este é um esquema muito simplificado, um modelo simples para a compreensão de uma realidade muito mais complexa. Certamente havia muitos empresários industriais que não tomavam consciência da luta que travavam com a velha aristocracia rural. Da mesma forma, havia elementos da esquerda que não percebiam ou não queriam admitir o papel de força auxiliar da burguesia industrial que lhes fora atribuído. Mas essa aliança, cujas bases Getúlio Vargas estabelecera ainda em seu primeiro período de Governo, e que teve confirmação plena nas eleições presidenciais de 55, quando as esquerdas apoiaram um representante típico da burguesia industrial como o Sr. Juscelino Kubitschek, essa aliança — a tentativa de uma Frente Única — foi sem dúvida a característica política mais significativa da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira.

A partir das eleições presidenciais de 55, porém, uma série de fatos novos iria ocorrer, os quais provocariam modificações estrutu-

rais na política brasileira. Vejamos quais foram esses fatos e suas conseqüências mais diretas.

O primeiro e mais importante fato novo foi o da consolidação da industrialização brasileira. Durante o Governo Juscelino Kubitschek ocorreu um extraordinário desenvolvimento industrial no país. Hélio Jaguaribe, usando o modelo de Rostow, afirma que nesse período ocorreu a decolagem do desenvolvimento brasileiro.⁷⁹ Não concordamos. Essa decolagem, ou, se preferirmos uma terminologia mais tradicional, o início da Revolução Industrial Brasileira, da transformação acelerada do país em economia industrial, ocorrera nos anos 30 e particularmente nos anos 40. Nesses anos desenvolvemos nossa indústria de bens de consumo e estabelecemos os fundamentos de nossa indústria de base, com a usina siderúrgica de Volta Redonda, por exemplo. Como vimos no Capítulo II, porém, é no Governo Kubitschek que se instala definitivamente no Brasil a indústria pesada, com a indústria automobilística, a indústria de equipamentos industriais, a indústria naval, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganhava novo impulso, com a instalação da indústria petroquímica, com a construção de novas usinas siderúrgicas, etc. Em outras palavras, nesse período não ocorre a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.

A conseqüência mais direta deste fato novo é a vitória e a subseqüente perda de importância, como ideologia, do industrialismo. Depois de todos os grandes investimentos industriais realizados no transcorrer dos anos 50, especialmente em sua segunda metade, já não tinha mais sentido discutir se o Brasil poderia ou não, deveria ou não, tornar-se um país industrial. São Paulo já era Estado industrial. A realidade havia negado as velhas teses de que o Brasil não poderia industrializar-se, que nossas condições naturais e étnicas não nos permitiriam criar uma indústria poderosa, semelhante à existente nos países desenvolvidos. Por outro lado, do ponto de vista teórico, cada vez ficava mais claro, mais indiscutível, que o desenvolvimento econômico não seria possível sem a industrialização, que a agricultura só atingiria altos níveis de produtividade se o país se industrializasse. Economistas, sociólogos, quase todos os cientistas sociais interessados no desenvolvimento econômico eram obrigados a chegar à mesma conclusão. Esses dois fatores, e principalmente o primeiro, a consolidação do desenvolvimento industrial

(79) Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Fundo de Cultura, 1962, Rio de Janeiro, p. 184.

brasileiro, tornaram o agriculturalismo anacrônico. Estava vencida a batalha para o industrialismo, que deixava de ser uma ideologia deste ou daquele grupo sócio-econômico, da esquerda ou da direita, para se transformar em uma idéia geralmente aceita no país.

Um segundo fato novo foi o da crise de superprodução de café. Este fato veio provocar outro sério abalo no sistema de poder da velha aristocracia rural. Dizemos outro sério abalo porque, desde 30, a agricultura de exportação e particularmente a agricultura do café vinha sofrendo uma série de reveses.

Com o café em crise, ao mesmo tempo em que se reduzia o poder dos grandes fazendeiros, crescia o dos empresários industriais. Por outro lado, o grande motivo de luta por parte dos grandes fazendeiros, o chamado "confisco cambial", através do qual o Governo transferia a renda da agricultura de exportação para os demais setores da economia, e particularmente para a indústria, com a crise de superprodução de café perdia importância. O confisco continuaria, mas seria em grande parte compensado pela compra dos excedentes, dentro da política de sustentação dos preços do café. Os grupos ligados ao café continuariam a protestar contra o confisco, mas sem a mesma energia, sem a mesma violência.

Esses dois fatos novos, somados, têm uma consequência de importância capital. O empresário industrial fortalecido com sua posição consolidada, a aristocracia rural e o alto comércio importador e exportador enfraquecidos, não havia mais razão para luta. O empresário industrial é finalmente aceito como membro da classe capitalista. E assume imediatamente uma posição de liderança, particularmente nas regiões mais industrializadas como São Paulo. Até há pouco, a burguesia industrial era uma classe em ascensão, usando de ideologias progressistas para facilitar sua subida ao poder. Agora, chegando ao topo, começa a abandonar as ideologias que levavam o processo social a um estado de contínua transformação. Aliando-se aos demais setores da classe capitalista, preocupa-se agora em conservar as vantagens conseguidas. Em outras palavras, os empresários industriais, que já não tinham no industrialismo uma ideologia avançada, progressista, para defender, começam a caminhar para a direita, rompendo a aliança com a débil esquerda.

Outra consequência da consolidação do desenvolvimento industrial e da crise do café é o início da perda de importância do nacionalismo dentro do cenário político brasileiro. Com o nacionalismo acontece algo semelhante ao sucedido ao industrialismo: tor-

nando-se ideologia vitoriosa, começa a perder sua força como instrumento político. A diferença é que, enquanto a vitória do industrialismo foi praticamente total, o mesmo não ocorreu com o nacionalismo, permitindo que o mesmo sobrevivesse como ideologia de luta. Com a consolidação da industrialização brasileira, que era a principal tese do nacionalismo, este começa a esvaziar-se. Ainda havia muito por realizar em matéria de industrialização, mas o arranque inicial já fora dado, a indústria já era um fato definitivo no Brasil.

O esvaziamento do nacionalismo se acentua com a aprovação da Lei de Tarifas pelo Congresso, em 58. Este é o terceiro fato novo que vem provocar modificações estruturais na política brasileira. Antes da Lei de Tarifas a proteção à indústria nacional era realizada através de instrumentos administrativos, como o sistema de licenças de importação, e de medidas cambiais, como os leilões de câmbios estabelecidos no Brasil com a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Essas medidas de proteção eram instáveis, estavam sob constante ameaça de revogação por um simples ato administrativo do Governo. Sofriam, pois, constante ataque dos adversários de um sistema de proteção à indústria nacional. Com a aprovação da Lei de Tarifas, porém, o nacionalismo alcançava uma grande vitória. A proteção à indústria nacional deixava de ser algo eventual, provisório, instável. Agora uma lei, não um simples ato administrativo, assegurava o desenvolvimento industrial brasileiro. À medida, porém, que esta vitória era alcançada, à medida que os empresários industriais se tornavam seguros de suas posições adquiridas, perdia também maior razão de ser seu nacionalismo, pelo menos o nacionalismo como eles entendiam.

À aprovação da Lei de Tarifas adiciona-se um quarto fato novo, que afasta ainda mais os industriais do nacionalismo. Ao contrário dos fatos anteriores, porém, este não tem o efeito de também esvaziar o nacionalismo defendido pelos diversos grupos de esquerda. Pelo contrário, fortalece-o. Referimo-nos à Instrução 113 da SUMOC, que dá às empresas nacionais condições desvantajosas em relação às empresas estrangeiras no que diz respeito à entrada de equipamentos industriais no país. Este fato provoca, inicialmente, reação de diversos empresários nacionais. Mas, face ao desatendimento de suas reivindicações, muitos deles decidem pela solução mais fácil, que melhor atende a seus interesses econômicos: aliam-se às empresas estrangeiras que podem fazer entrar no país equipamentos sem cobertura cambial. Por outro lado, devido ao sistema de

proteção à indústria brasileira que fora organizado, as empresas estrangeiras não tinham condições mais de exportar para o Brasil. A única forma de não perder o mercado era investindo diretamente no país. Ao interesse dos empresários nacionais em associar-se com empresas estrangeiras somava-se, portanto, o interesse dessas empresas em entrar no Brasil. Vemos, então, ocorrer uma grande quantidade de investimentos conjuntos, em que empresas nacionais e estrangeiras se associavam. É claro que, à medida que isto ocorria, os interesses de ambos os lados tendiam a identificar-se. O nacionalismo dos empresários industriais perdia vigor. Um novo nacionalismo, com características diferentes, começava a surgir, não mais para atender diretamente aos interesses da burguesia empresarial, mas como instrumento das esquerdas. Esse novo nacionalismo não teria o mesmo impacto que o primeiro. Sua ênfase principal passaria, da proteção à indústria nacional, ao combate às empresas estrangeiras instaladas ou por se instalar no país, do apoio à industrialização realizada por empresários nacionais à tese da nacionalização das empresas estrangeiras e ao controle das remessas de lucros, chegando os mais radicais a propor a total congelamento das remessas. Mas estamos nos adiantando. Examinemos os outros fatos novos que vêm provocar profundas modificações na política brasileira.

Em quinto lugar, temos o aumento de poder do sindicalismo durante os anos 50. É em 53 que temos a primeira greve dos marítimos. É também nos anos 50 que surge o primeiro acordo inter-sindical de importância no Brasil — o Pacto da Unidade Sindical. Surgiram, depois, muitos outros. Durante esse período o sindicalismo se organizava, abandonava a tutela governamental que o criara nos anos 30; o “peleguismo” perdia força, líderes mais autênticos, embora ainda representando uma pequena parcela dos operários da classe, assumiam o controle das organizações sindicais, tanto das regulamentadas quanto das não-regulamentadas por lei.

Esse aumento do poder das organizações sindicais, controladas em sua maioria por líderes com posições nitidamente de esquerda, havendo entre eles diversos líderes comunistas, tem duas conseqüências básicas. De um lado, aumentando o poder de reivindicação dos movimentos operários, leva os empresários industriais a caminhar mais em direção à direita, adotando uma atitude de resistência. De outro lado, tal fato aumenta a força das esquerdas, que passam a ter no movimento sindical um de seus pontos de apoio.

Em sexto lugar, verifica-se nos anos 50 uma aceleração no processo de participação política do povo brasileiro. Diz Guerreiro Ramos: “O cardinal fato político da vida brasileira nos dias de hoje é a existência de povo (...) como protagonista eminente do processo político”.⁸⁰ Durante toda a história pregressa do Brasil não podíamos falar na existência de um “povo”, ou seja, de uma parcela ponderável da população brasileira que participasse em termos mínimos do processo político do país. Nos primeiros tempos, antes da Independência e muitos anos depois desta, o controle político ficara a cargo de uma pequena classe dominante de senhores de terra em aliança com a metrópole portuguesa e mais tarde inglesa. Nos fins do século passado, com o desenvolvimento de um incipiente mercado interno e, depois da Guerra do Paraguai, com a crescente importância do Exército, começa a surgir a classe média como força política. Toma o poder com a Proclamação da República, perde-o logo em seguida, com a eleição de Prudente de Moraes, recupera-o mais tarde com a Revolução de 30. Depois disso, a velha classe dominante volta a partilhar do poder, mas da classe média emerge um novo setor da classe alta — o setor dos empresários industriais — e, de qualquer forma a partir de 30, a participação da classe média no processo político brasileiro e em seus postos de comando estava assegurada. O resto da população, os trabalhadores rurais, os operários, e mesmo grandes parcelas da classe média inferior permaneciam ainda, como no Império e na Primeira República, completamente alheios ao processo político. Com a Revolução Industrial Brasileira, porém, esta situação começa a mudar. A crescente importância dos operários industriais como grupo sócio-econômico, a difusão dos meios de comunicação em massa, particularmente do rádio, entre outros fatores, provocam um crescente interesse da população pelos destinos políticos do país. Os líderes populistas, que surgem especialmente no após-guerra, aproveitam-se desse clima de interesse para se elegerem. Observe-se, porém, que o populismo, apesar de seu caráter demagógico, já representava um progresso em relação à política de clientela, em que os “coronéis” manipulavam as eleições. Agora já era preciso convencer o eleitorado. E nas eleições de 60, como, mas em menor grau, já havia acontecido com as duas eleições presidenciais anteriores, pode-se observar uma manifestação clara da vontade popular. Depois dessas

(80) Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil*, Zahar Editores, 1961, Rio de Janeiro, p. 42.

eleições, já era possível falar-se na existência de povo no Brasil. Pelo menos em relação às eleições para os cargos executivos e particularmente para a Presidência da República verificara-se uma dedicada participação da população no processo político.

Rompimento da aliança entre a esquerda e os empresários industriais

Em resumo, tivemos seis fatos novos da maior importância no cenário político brasileiro: a consolidação do desenvolvimento industrial; a crise de superprodução do café com a subsequente perda de importância da questão cambial, que servia de divisor de águas entre os interesses da indústria, de um lado, e da agricultura e do alto comércio, do outro; a aprovação da Lei de Tarifas, que viria proteger em termos estáveis a indústria nacional contra a importação de artigos estrangeiros; a Instrução 113 da SUMOC e o sistema de proteção tarifária, que levariam a um grande número de associações entre empresas nacionais e estrangeiras; o aumento do poder do sindicalismo através, principalmente, dos acordos intersindicais; e, por fim, a crescente participação do povo no processo político, particularmente nas eleições presidenciais e nas demais eleições majoritárias.

Já vimos, isoladamente, as conseqüências, as profundas modificações por que passou a política brasileira devido a esses fatos novos. Vimos que o industrialismo se tornou uma ideologia vitoriosa, deixando, assim, de ser um instrumento de luta, que o nacionalismo perdeu grande parte de sua substância e sofreu modificações à medida que deixava de ser uma ideologia da burguesia industrial para se tornar uma ideologia das esquerdas. Vimos também que, ao passo que esses fatos novos ocorriam, a burguesia industrial cada vez mais se unia a seus antigos opositores — à aristocracia rural, ao alto comércio, às empresas estrangeiras — e com eles se confundia. Vimos, ainda, que, devido ao aumento do poder do sindicalismo e até um certo ponto devido à crescente participação do povo no processo político, as esquerdas se fortaleciam (dizemos “até certo ponto” porque esse fenômeno beneficiou também correntes políticas não-esquerdistas).

Estas duas últimas conseqüências, a união da burguesia industrial aos demais setores capitalistas e o fortalecimento relativo das esquerdas, são de importância capital para a compreensão da

evolução política do Brasil depois de 60. De um lado víamos os empresários industriais, à medida que a industrialização brasileira se tornava um fato consumado, abandonar, paulatinamente, as ideologias progressistas, próprias de um grupo sócio-econômico em ascensão, que necessita de novas ideologias, de novos sistemas de valores para apoiar sua subida ao poder. De outro lado, as esquerdas se fortaleciam, à medida que passávamos de uma política de clientela para uma política populista, e desta para uma política ideológica. Não é preciso maior tirocínio para concluir qual seria o principal resultado desses dois acontecimentos. A antiga aliança política entre os empresários industriais e as esquerdas rompia-se. As esquerdas deixavam de ser uma força política auxiliar da burguesia industrial. Ganhavam autonomia. Na verdade, pela primeira vez na história do Brasil podia-se falar na existência de uma esquerda autônoma e com razoável significado político.

É claro que nem todos os empresários industriais e nem todos os elementos de esquerda desejavam esse rompimento. Em particular os industriais mais progressistas, aqueles que viam que a Revolução Nacional Brasileira, esse processo de transformação econômica, social, política e cultural, não estava, de fato, terminada, e a esquerda mais moderada, esses dois grupos sentiam prematuro, desnecessário, esse rompimento. Mas o processo de radicalização política pelo qual passaria o Brasil, especialmente após a renúncia do Sr. Jânio Quadros, enfraqueceria a posição desses elementos. Veremos esse problema da radicalização um pouco mais adiante.

Reformismo × Conservadorismo

Com a consolidação do desenvolvimento industrial, a vitória do industrialismo, o esvaziamento e transformações do nacionalismo, o rompimento da aliança entre os empresários industriais e a esquerda com concomitante autonomização desta última, terminava também a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, aquela fase em que toda a ênfase da luta política dos novos grupos que surgiam fora colocada a serviço da industrialização. Agora começaria uma nova fase, em que, ao lado do desenvolvimento econômico através da industrialização, ganharia importância a exigência de reformas das estruturas econômicas sociais com o objetivo de não só facilitar o desenvolvimento econômico, mas também melhor distribuir a renda. O termo "reformas de base" entra em voga. Começam

a ser discutidas em todo o país as principais reformas preconizadas, a reforma agrária, a reforma fiscal, a reforma bancária, etc. Na verdade, tinha início no Brasil uma nova luta ideológica, que deveria caracterizar esse período, a luta entre o reformismo e o conservadorismo.

O reformismo surge com todo o vigor após as eleições presidenciais de 60. Era a ideologia das esquerdas, dos seus setores moderados e de boa parte de seus setores hoje considerados extremados. A tese fundamental do reformismo era que as estruturas jurídicas brasileiras, que regulavam as relações econômicas, sociais e políticas no Brasil, eram arcaicas; correspondiam, em grande parte, à fase semicolonial e semifeudal do Brasil. Segundo o reformismo, essas estruturas, entre as quais era dada especial ênfase à estrutura da propriedade agrária (observe-se que a velha aristocracia rural continuava a ser o principal alvo das esquerdas), representariam a institucionalização do privilégio, dificultando o progresso econômico e social do Brasil. Era preciso, portanto, reformar essas estruturas, eliminar os privilégios, melhorar a curto prazo o baixíssimo padrão de vida da população brasileira, não só através do desenvolvimento econômico e o decorrente aumento geral da renda, mas também através de melhor distribuição da renda presentemente auferida. E para reformar as estruturas não seria preciso revolução. As reformas seriam feitas pacificamente.

Observe-se, ainda, em relação ao reformismo, que essa ideologia englobava o nacionalismo. Mas agora o nacionalismo entrava como componente subsidiário. O capitalismo internacional continuava ainda a ser considerado pelas esquerdas um inimigo, um explorador em busca de lucros fáceis, mas não era mais o principal inimigo. Este estaria dentro do próprio Brasil, seria constituído pelos grupos capitalistas e semifeudais mais retrógrados, que agora se haviam fortalecido com a adesão de grande parte dos industriais.

Já o conservadorismo negava a necessidade de reformas, ou pelo menos de reformas com a profundidade demandada pelos reformistas. A maioria das reformas exigidas pelos reformistas não chegavam a ser radicais, não pretendiam transformar a estrutura social do Brasil do dia para a noite, não pretendiam, por exemplo, abolir a propriedade privada dos bens de produção e instaurar um regime socialista. Representavam, no entanto, uma tendência a longo prazo nesse sentido. Os conservadores não aceitavam a necessidade dessas reformas. Segundo eles, o que o Brasil necessitaria, realmente, seria mais educação, mais moralidade administrativa,

